

PROJETO DE LEI Nº , DE 2016  
(Do Sr. EROS BIONDINI)

Altera as redações dos artigos 213, caput e §§ 1º e 2º e 217-A, caput e §§ 3º e 4º, todos do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º O caput e os §§ 1º e 2º do artigo 213, do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passam a vigorar com as seguintes redações:

**“Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso:**

**Pena - reclusão, de 12 (doze) a 16 (dezesesseis) anos. (NR)**

**§ 1º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos:**

**Pena - reclusão, de 15 (quinze) a 20 (vinte) anos. (NR)**

**§ 2º Se da conduta resulta morte:**

**Pena - reclusão, de 22 (vinte e dois) a 30 (trinta) anos. (NR) ”**

Art. 2º O caput e os §§ 3º e 4º do artigo 217-A, do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passam a vigorar com as seguintes redações:

**“Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos:**

**Pena - reclusão, de 15 (quinze) a 22 (vinte e dois) anos. (NR)**

...

**§ 3º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave:**

**Pena - reclusão, de 18 (dezoito) a 26 (vinte e seis) anos. (NR)**

**§ 4o Se da conduta resulta morte:**

**Pena - reclusão, de 25 (vinte e cinco) a 30 (trinta) anos. (NR) ”**

## **JUSTIFICAÇÃO**

É fato notório o aumento exponencial dos casos de violência sexual contra mulheres no Brasil. Segundo último levantamento do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), relatado no estudo ***Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde***, a cada 11 minutos uma pessoa é violentada no país e esse número pode ser ainda maior pois apenas 10% das vítimas, denunciam o caso e estimasse que, no mínimo, 527 mil pessoas sejam estupradas por ano no país. Ainda segundo essa pesquisa, 90% das mulheres e 73% dos jovens de 16 a 24 anos afirmam ter medo de sofrer violência sexual. Além disso, 67% da população brasileira que reside nas grandes cidades brasileiras tem medo de ser agredida sexualmente.

Por muitas vezes o agressor reside no mesmo domicílio da vítima ou possui alguma proximidade com a mesma, tendo a impressão de que poderá cometer o crime sem sofrer as devidas consequências de uma punição pelo seu ato.

O projeto de Lei em questão, traz em suma, o aumento dos anos de pena a serem cumpridos pelos criminosos, visando assim que o ato seja coibido com um alto grau de rigidez que tal crime hediondo traz em sua natureza. Ainda possibilita que em casos de progressão da pena o período para solicitar tal recurso seja alongado, não ocorrendo algumas injustiças de crimes bárbaros com meliantes sendo soltos em um curto espaço de tempo.

A proposta apresentada também tem como objetivo reforçar o entendimento da sociedade que o estupro é um crime que atinge a dignidade sexual e social, trazendo consequências que são nefastas e permanentes, uma vez que a violência, neste caso ainda mais não tendo consentimento, deixa marcas indelévels tanto na vítima quanto aos seus familiares.

Nos últimos tempos, a cultura do estupro se apresentou de forma mais acentuada e reveladora. Os casos de estupros coletivos, cada vez mais evidentes, escancaram uma realidade de que essa violência devastadora e

perversa assola a nossa sociedade de forma preocupante e medidas para punir os agressores, de maneira com que a impunidade por tal ato não seja visto por todos como um gesto de que novos atos possam acontecer, se faz necessário. Além de preservar as vítimas de um maior contato com os seus agressores, já que o seu algoz ficará mais tempo afastado do convívio da sociedade.

Diante dos expostos, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste importante projeto de lei.

Sala das Sessões, em            de            de 2016.

Deputado EROS BIONDINI

PROS/MG